

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 13h30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina – IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de julho/2015, também distribuir, relatar e avaliar o Relatório mensal de Investimentos de julho/2015, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência julho/2015 (cujo vencimento se dará em 12 de agosto de 2015), descontas as despesas administrativas, comentar sobre os repasses em atraso da Prefeitura Municipal e o possível pagamento da competência março/2015 (cujo vencimento se deu em 13 de abril de 2015) nestes próximos dias.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Rosângela Marisa Tezzon e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo:** Ellen Sandra Ruza Polisel, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal:** Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Foi relatado na reunião que o mês de julho foi pautado pela forte aversão ao risco, com os investidores buscando proteção em um ambiente marcado pela intensidade de eventos negativos, tanto no âmbito interno quanto no externo. De otimista, apenas a notícia de que a Grécia fechou acordo com os credores internacionais. Após a população ir às urnas e rejeitar as propostas feitas pelos credores para resolver a crise financeira do país, o primeiro ministro Alexis Tsipras rendeu-se às exigências dos líderes da zona do euro e assinou um compromisso de acordo para o terceiro pacote de resgate, que mantém o apoio financeiro ao país. Afundada em dívidas, a Grécia se compromete a aumentar impostos, realizar privatizações e reformar o sistema previdenciário. Em contrapartida, receberá uma linha de crédito emergencial de aproximadamente 20 bilhões de euros, e um pacote de socorro que totalizará entre 82 bilhões e 86 bilhões de euros, com carência e prazos mais longos. Entretanto, o que pesou sobre os mercados foram as notícias negativas que trouxeram um movimento de aversão aos ativos de maior risco. A notícia de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a ser alvo de investigação por parte da Procuradoria da República no Distrito Federal fez preço sobre os ativos negociados no mercado. A investigação, por suposto tráfico de influência internacional e no Brasil, decorre da suspeição de que Lula usou sua influência para facilitar negócios da empreiteira Odebrecht com governos estrangeiros onde faz obras financiadas pelo BNDES, principalmente em países da África e da América Latina. Por ser alvo de um procedimento investigativo criminal, o Ministério Público Federal passa a ter prerrogativa de utilizar todas as ferramentas investigativas. A abertura de investigação foi determinada pelo procurador Valtan Timbó Mendes Furtado, que substituiu a procuradora titular do caso, Mirella de Carvalho Aguiar, que estava em férias no início do mês. Em sua defesa, o ex-presidente alegou que o procurador violou

os direitos funcionais ao “interferir na apuração preliminar” da procuradora, que ainda não tinha determinado a abertura da investigação, o que não prosperou. Caiu como uma “bomba” a notícia de que o Deputado Federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) rompeu relações com o governo. Alegando ser alvo de perseguição por “um bando de aloprados do Planalto”, Cunha vem sendo alvo de ação persecutória pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O procurador busca obter elementos que permitam sua denúncia no processo da operação Lava-Jato. A decisão é pessoal, mas já solicitou ao partido (PMDB) que o siga, juntando-se aos oposicionistas. Nem bem oficializou o rompimento, Cunha já iniciou o processo de retaliação: anunciou a criação de duas CPI’s, do BNDES e dos fundos de Pensão, que estavam engavetadas, além de encaminhar ofício ao deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) para que refizesse, em 10 dias, seu pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, por erro de formatação da exordial. Com o mercado ainda digerindo a decisão do Deputado Federal Eduardo Cunha, veio a principal notícia do mês que decretou o viés negativo que permeava o mercado: o anúncio pela equipe econômica de diminuir a meta da economia para pagar os juros da dívida – o chamado superávit primário. O governo decidiu cortar na carne ao anunciar redução da meta do superávit primário deste ano para R\$ 8,7 bilhões, ou 0,15% do PIB, ante R\$ 66,3 bilhões, ou 1,1% do PIB, devido à frustração da receita em meio a um cenário de contração econômica. As metas para 2016 e 2017 foram reduzidas para 0,7% e 1,3% do PIB, respectivamente, ante meta anterior de 2%. Apesar do realismo e transparência, a decisão não foi bem recebida pelo mercado financeiro e deve alimentar apostas nas mesas de operação de que as agências classificadoras de riscos Fitch e Moody's podem, além de rebaixar o rating brasileiro para o último degrau do grau de investimento, colocar a nota brasileira em perspectiva negativa. Na esteira desta notícia, a agência classificadora de riscos Standard & Poor's anunciou que manteve a nota de crédito do Brasil em “BBB-“, mas alterou a perspectiva da nota de “estável” para “negativa”. Com a revisão para baixo, o país ficou no último degrau antes de passar para o grau especulativo e perder o cobiçado selo de “bom pagador”. A agência avalia que o país vai demorar mais que o esperado para voltar a uma trajetória de crescimento firme, e que há mais de 30% de chances de o ajuste econômico sofrer novo desliz. Destacou ainda que o país enfrenta desafios políticos e econômicos, apesar de uma correção significativa das políticas durante o segundo mandato da presidente Dilma. Em um movimento amplamente esperado pelo mercado, o FOMC (Comitê Federal de Mercado Aberto) manteve a taxa de juro básica de curto prazo próxima de zero, por decisão unânime. Os integrantes do comitê avaliaram, ao fim da reunião de dois dias, que a economia e o mercado de trabalho continuam se fortalecendo, com sólidos ganhos no emprego e declínio no desemprego. Apesar de ver progressos no mercado de trabalho, o comitê disse que a taxa de inflação oscila abaixo de seu objetivo de longo prazo. Além disso, o PIB do país cresceu 2,3%. Ainda que abaixo da mediana das projeções de analistas, que era de expansão em 2,5%, o resultado corrobora para a percepção de uma possível alta dos juros na próxima reunião do FOMC, que ocorre em setembro. Por aqui, ocorreu a 192ª reunião do Copom. Em decisão unânime, o comitê decidiu elevar a taxa Selic em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano sem “viés”. O comunicado pós reunião sugere que a autoridade monetária encerrou o ciclo de alta de juros. Apesar de a interpretação mais adequada do comunicado pareça ser que o ciclo de alta se encerrou, existe ainda alguma probabilidade de que a taxa Selic seja elevada na próxima reunião. Tal probabilidade é, sem dúvida, bastante menor do que a que existia até então. Fechando o mês, o Banco Central divulgou que o déficit primário das contas públicas atingiu R\$

45,7 bilhões nos últimos 12 meses terminados em junho. Considerando apenas o mês de junho, União, Estados e Municípios tiveram déficit de R\$ 9,3 bilhões, apurando o maior déficit já registrado em meses de junho desde o início da série histórica, em 2001. Em maio, o resultado negativo foi de R\$ 6,9 bilhões. Os números apresentados refletem o baixo desempenho da atividade econômica, além das dificuldades enfrentadas pelo governo na execução das medidas de recuperação de receitas. Depois de fechar junho como o melhor investimento entre as aplicações de renda variável, o principal índice da bolsa, o Ibovespa, encerrou o mês julho na “rabeira” do ranking, ao registrar queda de 4,17%, aos 50.864 pontos. No ano, o índice acumula alta de 1,71%. O giro financeiro médio diário na Bovespa caiu ainda mais no mês, somando R\$ 5,7 bilhões, o pior resultado desde julho de 2011. O montante representa uma queda de 9,5% ante junho, e de 5% na comparação com o mesmo mês de 2014. O mau desempenho foi reflexo do anúncio do “drástico” corte na meta fiscal, que sinaliza um aprofundamento da crise econômica no país e piora o ambiente de negócios para as empresas brasileiras listadas na bolsa. No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, a deterioração nos preços dos papéis nos vértices mais longos também foi motivada pela revisão da meta fiscal. Na curva a termo, os juros dispararam, em meio a um forte volume de contratos negociados. A decisão do Comitê de Política Monetária do Bacen (COPOM) em elevar a taxa básica de juros em 0,50 pontos percentuais, para 14,25% ao ano, não surpreendeu o mercado. O sinal dado pela autoridade monetária no comunicado pós reunião sugere que o ciclo de alta do juro tenha chegado ao fim. Os papéis com vértices mais curtos, que dão lastro aos fundos referenciados DI, Renda Fixa e Multimercados Juros e Moedas, registraram os melhores rendimentos do mês dentre as aplicações de renda fixa mais conservadoras. Essas aplicações são beneficiadas pela alta da taxa de juros, pois os ativos de suas carteiras tendem a acompanhar o comportamento da SELIC, agora estabelecida em 14,25% ao ano. O contrato DI com vencimento para janeiro de 2017 encerrou o mês cotado a 13,43%, enquanto o vencimento para janeiro de 2021 fechou a 12,79%. Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque negativo para as NTN-Bs mais longas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA. Enquanto a rentabilidade do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035 (NTN-B) registrou queda de -4,48% no mês, o retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050 (NTNB) caiu - 5,59%. Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou recuo -0,72%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos com vencimento de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,78%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, desvalorizou -1,80% no mês. Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 1,28%, enquanto a carteira com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou avanço de 1,21%. Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,51% no mês. Com a SELIC em 14,25% ao ano, a poupança fica ainda menos atrativa em relação às outras aplicações. Isso ocorre porque, enquanto a poupança rende sempre 0,5% ao mês mais a Taxa Referencial (TR) quando a Selic é superior a 8,5% ao ano, outras aplicações de renda fixa acompanham as altas da taxa. Câmbio Em pregão marcado pela volatilidade típica da última sessão do mês, em meio ao acirramento da disputa pelo fechamento da taxa Ptax, o dólar comercial subiu frente ao real e renovou a máxima no ano, fechando acima dos R\$ 3,40. A divulgação de dados fiscais mais fracos que o esperado contribuiu para aumentar a desconfiança com o cumprimento da já modesta meta de superávit primário para este ano, reforçando o temor com a perda do grau de

investimento. O dólar comercial subiu 1,57% para R\$ 3,4244, maior patamar desde 20 de março de 2003. Com isso, a moeda americana encerra o mês em alta de 10,16% e sobe 28,90% no ano. O clima de aversão ao risco impulsionou a valorização da divisa. A moeda americana foi pressionada por preocupações com a situação política e fiscal do país, que se deteriorou no mês após o rompimento do Deputado Federal Eduardo Cunha com o governo, e o corte da meta fiscal anunciada pela equipe econômica. A alta também foi sustentada pela leitura de que o Banco Central está confortável com a recente desvalorização do real, ao sinalizar a manutenção do ritmo de rolagem dos swaps cambiais que estão vencendo em setembro. O mercado entende que a autoridade monetária mostra a propensão de intervir menos no câmbio, aumentando as chances de manutenção da moeda neste patamar. O mês de agosto traz uma série de fatos que prometem mexer com os mercados ao longo das sessões diárias. A presidente Dilma Rousseff terá um mês difícil e decisivo. O TCU (Tribunal de Contas da União) deve concluir o julgamento das contas de 2014 da gestão. O ministro Augusto Nardes, relator do parecer sobre as contas, apontou irregularidades como as "pedaladas fiscais", que seriam manobras para simular uma situação contábil melhor que a real. Tudo indica que o TCU recomendará a rejeição das contas ao congresso, a quem caberá a palavra final sobre o assunto. Nos bastidores, a presidente decidiu recorrer ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para tentar reverter a tendência desfavorável. Opositores querem fazer da eventual reprovação o pontapé inicial para o processo de impeachment da presidente. No TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ações da oposição contra as contas da presidente na campanha eleitoral de 2014 também devem ser julgadas neste mês. O PSDB acusa a campanha petista de abuso de poder político e econômico por ter usado dinheiro proveniente de corrupção, o que tornaria a eleição da petista "ilegítima". O Congresso pode ser outro obstáculo para a presidente. Após a volta do recesso de julho, senadores e deputados federais podem colocar em votação pautas que aumentam os gastos do governo e impor novas derrotas ao Executivo. Na pauta estão projetos que concretizam o chamado ajuste fiscal, como o que reduz as desonerações na folha de pagamento de empresas. A Câmara sinaliza também com o engavetamento da regularização de recursos no exterior não declarados, a chamada repatriação de divisas, uma medida defendida pelo Executivo para elevar a arrecadação. Além das medidas do pacote de ajuste fiscal, outras votações podem resultar em mais gastos. Como é o caso do projeto que amplia a correção do saldo do FGTS. Podem entrar na pauta as PEC's 300, que amplia o salário dos policiais militares em todo o país, e 443, que equipara os salários da AGU (Advocacia Geral da União) e de delegados da Polícia Civil aos do Poder Judiciário. Além disso, movimentos contrários à presidente prometem realizar manifestações no país no dia 16. Não é só a presidente que enfrenta turbulências neste mês. A operação Lava Jato vem respingando em políticos como Eduardo Cunha e pode produzir novos efeitos em agosto. Cunha e o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) correm o risco de serem denunciados nas próximas semanas. Esse conjunto de fatos sugere um posicionamento de cautela na condução dos investimentos para os próximos dias. Neste contexto, a recomendamos é manter uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A. Na renda variável, a recomendação de uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da**

receita e da despesa referente ao mês de julho/2015 aos presentes. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Mensal dos Investimentos referente ao mês de julho/2015, onde se verificou que foram observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010**, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil, podendo-se confirmar que os investimentos do IPRESA estão todos enquadrados na legislação pertinente e o mesmo foi aprovado pelos membros. Continuando relatou-se a necessidade de **definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência julho/2015 (cujo vencimento se dará em 12 de agosto de 2015)**, tendo sido solicitada uma análise da questão à Empresa Crédito e Mercado, confirmando os fundos atrelados ao CDI para este momento de alta volatilidade, considerando que estamos aplicando a estratégia de uma carteira posicionada para os vértices mais longos em no máximo 60% (no máximo 10% em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, para ativos indexados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 ou IDKA IPCA 2A. Dessa forma os recursos que serão recolhimentos devem ser investimentos em CDI, tendo em vista também que a carteira do Instituto tem pequena participação nesse segmento. Neste sentido foi realizada uma pesquisa do referido fundo entre os bancos credenciados neste Instituto e foi verificado que a Caixa, o Banco Bradesco e o Banco Santander e o Banco do Brasil possuem o mesmo. Na análise feita, conforme mostram os relatórios constantes do credenciamento de cada banco, prospecto, lâminas e regulamento, o **Fundo BB PERFIL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO, é o fundo com melhor desempenho** com base em 12 meses – 12,35%, no ano de 2015 – 7,33%, **contra** em 12 meses – 12,29% e no ano de 2015 – 7,26% do fundo BRADESCO PREMIUM FI REFERENCIADO DI, em 12 meses -12,27%, no ano de 2015 – 7,28 do Fundo CAIXA MEGA FI REFERENCIADO DI LP e em 12 meses – 12,26% e no ano de 2015 – 7,30% do Fundo SANTANDER INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI. A ação visa proteger a carteira das fortes oscilações do mercado financeiro. **Foi relatado ainda que o recolhimento da competência março/2015, continua em atraso, cujo vencimento se deu em 13/04/2105, e quando de seu pagamento far-se-à análise do mercado financeiro para decidir a opção de investimento.** Em seguida, o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 11 de setembro de 2015, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes.

Santa Albertina, 11 de agosto de 2015.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO DELIBERATIVO:

Ellen Sandra Ruza Polisel: _____

Osmar Games Martins: _____

Silmara Porto Penariol: _____

Carlos César de Oliveira: _____

Sebastião Batista da Silva: _____

CONSELHO FISCAL:

Sônia Aparecida Fiorilli: _____

Isvaldir Lopes Veigas: _____

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: _____

DIRETORIA EXECUTIVA:

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: _____

Rosângela Marisa Tezzon: _____

Célia Maria Bassi: _____